

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.273 - RS (2019/0050860-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
AGRAVADO : VOLNI RIJO BRAGA
ADVOGADOS : EISLER ROSA CAVADA - RS040196
PEDRO CORRÊA GONÇALVES E OUTRO(S) - RS098916

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VIGILANTE. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO (12X36). DECRETO 1.590/1995. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIGILANTE. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO (12X36). DECRETO 1.590/95. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. CABIMENTO.

2. Em suas razões recursais, sustenta a parte agravante violação dos arts. 74 da Lei 8.112/1990 e 3o. da Lei 1.590/1995, ao argumento de que, mesmo que restasse cabalmente comprovado o exercício de horas excedentes à jornada normal, pode haver a compensação dessas horas com folgas, circunstancia que não pode ser afastada no caso.

3. É o relatório.

4. O Tribunal de origem assim consignou:

No caso em apreço, restou comprovado mediante prova documental (evento 01 - PROCADM4) que a Administração transgrediu o direito constitucional de intervalo intrajornada para refeições/descanso, circunstância que lhe acarreta o ônus de pagar o respectivo período como labor

extraordinário.

Desse modo, faz jus o autor ao recebimento de indenização correspondente ao valor de 1 hora extra a cada jornada de trabalho de 12x36 horas, devendo ser descontados os períodos em que o intervalo foi usufruído, bem como aqueles em que eventualmente tenha recebido horas extras, de acordo com as fichas que atestam os lapsos de labor (evento 01 - PROCADM4).

O acréscimo deve ser calculado de acordo com as regras constantes no artigo 75 c/c artigo 73 da Lei 8.112/90.

Ressalta-se que se mostra despicienda a necessidade de se verificar a existência de autorização administrativa para a realização das horas extras, na medida em que, no caso dos autos, presumem-se autorizadas, já que em outros meses nos quais consta o seu pagamento o lapso de labor foi idêntico a outros em que este não foi repassado ao servidor. Assim, se em determinados períodos a chefia imediata computou hora extra, ou concedeu intervalo intrajornada, presume-se que nos interregnos em que nada constou a chefia estava ciente do trabalho extraordinário.

Em relação ao divisor a ser adotado, tratando-se de jornada de 12x36, este corresponde a 180, tal como constou na sentença (fls. 130/131).

5. Sendo assim, tendo o acórdão recorrido declarado expressamente, com base nos elementos constantes dos autos, que restou comprovado o direito pleiteado, é de ser mantida a conclusão, porquanto o revolvimento dessa matéria no âmbito da recorribilidade extraordinária demandaria a análise de fatos e provas, conforme o óbice da Súmula 7 desta egrégia Corte.

6. Ante ao exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Universidade.

7. Fixa-se a condenação em custas e honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor atualizado da causa.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR